



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE JURÍDICO | PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. O Supremo Tribunal Federal define a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como a ação

- (A) que vai declarar que uma lei, ou parte dela, é inconstitucional, equivalendo aos controles concentrado de constitucionalidade das leis e difuso.
- (B) que tem por finalidade confirmar a constitucionalidade de uma lei federal e por objetivo garantir que a constitucionalidade da lei não seja questionada por outras ações.
- (C) ajuizada exclusivamente no STF e que pode questionar a constitucionalidade de uma norma municipal perante a Constituição Federal.
- (D) que começa no STF e é usada para garantir um direito ou o cumprimento de uma obrigação entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União.
- (E) cabível para tornar efetiva norma constitucional em razão de omissão dos Poderes ou de órgão administrativo, e que tem o objetivo de provocar o Poder Judiciário.

02. A Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, acrescentou à Constituição Federal que proporcionar os meios de acesso à tecnologia, à pesquisa e à inovação é competência

- (A) concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) da União, dos Estados e do Distrito Federal, de forma concorrente.
- (C) privativa da União, pelo equilíbrio do desenvolvimento.
- (D) dos Municípios, tendo em vista o bem-estar em âmbito nacional.
- (E) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

03. Nos termos do artigo 6º da Constituição Federal, é/são direito(s) social(is):

- (A) a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.
- (B) a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
- (C) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (D) a aquisição da nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa.
- (E) o alistamento dos estrangeiros como eleitores e, durante o período do serviço militar obrigatório, dos conscritos.

04. A Constituição Federal, ao organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, estabelece que os municípios atuarão prioritariamente

- (A) no ensino fundamental e médio.
- (B) com investimento anual de 20% da receita resultante de impostos.
- (C) na função redistributiva e supletiva.
- (D) no ensino fundamental e na educação infantil.
- (E) no recenseamento dos educandos do ensino médio.

05. Nos termos da Súmula Vinculante 31, é inconstitucional a

- (A) incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- (B) não incidência do ICMS sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- (C) a contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da CF, exigível somente dos filiados ao sindicato respectivo.
- (D) cobrança do serviço de iluminação pública que não seja realizada por meio de taxa.
- (E) lei que sujeita a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. Determinada Prefeitura Municipal pretende transferir a administração de um Hospital Público do Município para uma empresa privada. Nessa hipótese, considerando a legislação que rege a matéria referente ao Terceiro Setor, é correto afirmar que a pretendida transferência

- (A) não pode ser concretizada, uma vez que a área da saúde pública não admite ser administrada por terceiros.
- (B) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização Social.
- (C) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) pode ser efetivada por meio de Termo de Parceria com uma Organização Social.
- (E) não pode ser efetivada com entidades privadas, podendo ser concretizada apenas por meio de parcerias com entes públicos.

07. Formas de que se revestem os atos, gerais ou individuais, emanados de autoridades outras que não o Chefe do Executivo, denominam-se

- (A) resolução e portaria.
- (B) portaria e decreto.
- (C) circular e parecer.
- (D) alvará e circular.
- (E) decreto e resolução.

08. Considerando os princípios atinentes ao processo administrativo, o poder da Administração, que se caracteriza pela iniciativa de instaurar, instruir e rever suas decisões no processo administrativo, se perfaz por meio do princípio

- (A) da publicidade.
- (B) da imperatividade.
- (C) do informalismo.
- (D) da eficiência.
- (E) da oficialidade.

09. A Administração Pública pretende a contratação de serviço técnico de natureza singular, na área de publicidade e divulgação. Nessa hipótese, tendo em vista o disposto na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), essa contratação

- (A) dispensa a licitação.
- (B) deve ser feita por meio de licitação.
- (C) pode ser feita por contratação direta, por inexigibilidade de licitação.
- (D) pode ser feita sem licitação, desde que com empresa de notória especialização.
- (E) pode dispensar a licitação, desde que seja contratado profissional, pessoa física, de notória especialização.

10. A respeito da desapropriação, é correto afirmar que

- (A) é forma derivada de aquisição da propriedade.
- (B) a ação expropriatória não pode ser intentada se o proprietário do bem não puder ser identificado.
- (C) mesmo se anulado o processo expropriatório, o bem expropriado, uma vez incorporado à Fazenda Pública, não pode ser reivindicado.
- (D) se o poder expropriante requerer urgência, a imissão provisória na posse poderá ser efetivada sem o depósito do preço inicial.
- (E) o expropriado pode requerer o levantamento de noventa por cento do valor inicial depositado, desde que apresente prova de domínio do bem.

11. Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987/95, que trata da concessão do serviço público, na hipótese de a concessionária, na execução do serviço concedido, causar prejuízos aos usuários,

- (A) esses danos serão ressarcidos pelo poder concedente, e a concessionária responderá perante a Administração Pública por meio de ação regressiva.
- (B) a concessionária e o poder concedente responderão pelos danos causados de forma solidária.
- (C) a concessionária responderá pelos danos causados, mas o poder concedente responderá no lugar dela se este não exerceu, corretamente, seu poder de fiscalização.
- (D) cabe-lhe responder por todos os danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.
- (E) o poder concedente responderá pelos danos de forma exclusiva, por responsabilidade objetiva.

DIREITO CIVIL

12. Tadeu vendeu duzentas cabeças de gado ao seu vizinho, Celso. Como forma de pagamento, restou definido que Celso poderia pagar o valor de forma parcelada, em dez meses, em sacas de café ou sacas de milho.

Sobre os fatos narrados, responda corretamente:

- (A) Por se tratar de obrigação alternativa, a escolha da forma de pagamento será feita por Tadeu, se outra coisa não se estipulou.
- (B) Celso poderá pagar metade da parcela em sacas de café e a outra metade em sacas de milho, apesar de Tadeu não concordar com essa forma de pagamento.
- (C) Caso Celso tenha escolhido pagar com sacas de café e, no segundo mês, por motivos de força maior, o pagamento com sacas de café se tornar inexecutível, subsistirá o débito quanto às sacas de milho.
- (D) Se Celso tivesse mais dois sócios, e entre eles não houvesse acordo unânime sobre qual forma de pagamento deveria ser escolhida, essa escolha recairia obrigatoriamente sobre Tadeu.
- (E) Caso ambas as prestações se tornem impossíveis sem culpa de Celso, deverá ser definida uma nova modalidade de prestação.

13. Alertado pela defesa civil sobre a possibilidade de desmoroamento de sua casa em razão da infiltração de água decorrente de vazamento, Marcos contratou Sandro, pintor e pedreiro, para realizar as obras necessárias. O contrato foi assinado pela modalidade de empreitada.

Sobre essa modalidade contratual, assinale a alternativa correta.

- (A) Pela modalidade escolhida, presume-se que Sandro é obrigado a fornecer, além da mão de obra, todo o material necessário.
- (B) Caso Sandro inutilize materiais fornecidos por Marcos, por imperícia ou negligência, ele será obrigado a ressarcir os valores gastos.
- (C) Caso Sandro forneça material e mão de obra, ele responderá durante o prazo de três anos pela solidez e segurança do trabalho.
- (D) Caso Marcos decida suspender a obra, ele deverá pagar a Sandro apenas o valor das despesas com mão de obra e materiais já utilizados.
- (E) O contrato de empreitada será extinto em caso de morte de Marcos.

14. Alice é possuidora de boa-fé de uma fazenda. Acerca dos frutos e benfeitorias, é correto afirmar que Alice

- (A) tem direito aos frutos percebidos, porém responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que não tenha dado causa.
- (B) responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- (C) responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu a posse.
- (D) poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis, somente.
- (E) será ressarcida apenas pelas benfeitorias necessárias.

15. Mário, rico fazendeiro, é proprietário de diversos terrenos em uma cidade do interior de São Paulo. Preocupado com ocupações ilegais, decide conceder a Paula o direito de plantar grãos em um de seus terrenos.

Sobre a questão hipotética envolvendo o direito de superfície, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de Mário poderá ser gratuita ou onerosa. Contudo, se onerosa, Paula só poderá realizar o pagamento em uma única parcela.
- (B) Apesar de Paula utilizar o direito de superfície, Mário é o responsável pelos encargos e tributos incidentes sobre o imóvel.
- (C) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, Paula não terá direito a indenização.
- (D) Paula não pode transferir a terceiros o seu direito de superfície.
- (E) Em caso de alienação do imóvel, Paula terá direito de preferência.

16. Sobre locações residenciais, assinale a alternativa correta.

- (A) Não estando a locação protegida por qualquer das modalidades de garantia, o locador poderá exigir do locatário o pagamento do aluguel e encargos até o sexto dia útil do mês vincendo.
- (B) Em casos de dissolução da união estável, a locação residencial poderá prosseguir com o companheiro que permanecer no imóvel desde que o locador seja notificado da alteração.
- (C) O contrato de locação depende obrigatoriamente da vênua conjugal se igual ou superior a cinco anos.
- (D) As benfeitorias necessárias, assim como as úteis, deverão ser indenizadas pelo locador, independentemente de sua autorização para executá-las.
- (E) Nos contratos de locação, pode o locador exigir do locatário a caução em dinheiro e também a contratação de um seguro de fiança locatícia.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Antônio propõe uma ação indenizatória contra Alfredo, versando sobre fatos ocorridos há mais de 15 anos. Requer tutela provisória de urgência, que é deferida num primeiro momento pelo juiz de primeiro grau. A prescrição é clara. Diante desse fato, é correto afirmar que

- (A) Antônio responderá pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar a Alfredo, se posteriormente o juiz acolher a tese de prescrição eventualmente alegada pelo réu.
- (B) mesmo sendo clara a prescrição, o juiz só poderá aplicá-la se Alfredo alegar sua existência.
- (C) a sentença que acolher a prescrição extinguirá o processo sem resolução do mérito, por inépcia da petição inicial, sendo necessário que o juiz dê a oportunidade de Antônio se manifestar antes de decretá-la.
- (D) a prescrição só poderá ser analisada pelo juiz de primeiro grau. Caso não seja reconhecida na sentença, está precluso o direito de retomar tal discussão.
- (E) em vista do deferimento da tutela de urgência, precluso está o direito de Alfredo alegar a questão da prescrição, que se convalidou pela decisão provisória do juízo de primeiro grau.

18. Eduardo é representado pelo advogado Marcos das Neves em um processo de divórcio que lhe move sua esposa Nair. Eduardo é o réu da ação. O casal tem dois filhos maiores, Mônica e Arthur, e não possui qualquer patrimônio, sendo o rompimento do casamento o único objeto da ação. Durante o curso da demanda, Eduardo falece. Diante desses fatos, é correto afirmar que
- (A) a morte de Eduardo suspenderá o processo até que o advogado Marcos possa habilitar Mônica e Arthur como representantes do espólio, no prazo de 15 dias fixados em lei.
 - (B) o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, por tratar a causa de direito intransmissível aos herdeiros de Eduardo.
 - (C) a morte de Eduardo suspenderá o processo até que o advogado Marcos possa habilitar Mônica e Arthur como representantes do espólio, no prazo que deve ser fixado livremente pelo juiz dada a natureza e complexidade da causa.
 - (D) o processo deverá ser extinto com resolução do mérito, decretando-se de plano o divórcio de Nair e Eduardo, pois ele era réu dessa ação e a autora pretendia se tornar divorciada.
 - (E) se o falecimento fosse de Nair, a ação deveria ser julgada extinta sem solução de mérito pela perda do interesse de agir. Porém, ocorrendo o falecimento de Eduardo, a ação deverá ser suspensa até a habilitação dos herdeiros, o que deverá ser feito em até 10 dias a contar da morte do *de cuius*.
19. Numa ação de conhecimento pelo procedimento comum, em que o polo passivo é composto por litisconsórcio formado por duas pessoas, assinale a alternativa correta.
- (A) Em caso de pedido de ambos os réus para que não seja realizada a audiência de conciliação e mediação, feito por advogados distintos, o prazo para apresentar defesa se inicia quando do protocolo do último pedido para retirada de pauta de tal sessão.
 - (B) Quando a citação for eletrônica, o início do prazo será o dia útil seguinte à última consulta feita pelos réus quanto ao teor da citação, o que será certificado nos autos.
 - (C) A data para contestar começa individualmente para cada réu quando a citação for feita por meio de oficial de justiça, iniciando-se o lapso para defesa a partir da juntada aos autos de cada certidão positiva de citação.
 - (D) Na citação por carta precatória, para ambos os réus, a realização do ato citatório será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, iniciando-se o prazo para defesa dos réus em litisconsórcio na data de juntada da última comunicação do cumprimento dessas cartas nos autos originários.
 - (E) No caso de citação por edital, o prazo para defesa começará para ambos os réus da data em que se determinou a citação por essa modalidade.
20. Em uma decisão incidental, nos autos de primeiro grau, o juiz defere a concessão de tutela provisória de urgência antecipada requerida pelo autor, valendo-se como fundamentação apenas da seguinte frase: “ Defiro a tutela nos moldes pleiteados, por preencher os requisitos do Código de Processo Civil”. Diante dessa circunstância, é certo afirmar que
- (A) caso não seja feito o agravo de instrumento, a tutela será estabilizada, podendo ser rediscutida pelas partes em ação própria que deverá ser proposta em até dois anos da data do deferimento.
 - (B) a decisão do juiz padece de omissão acerca da correta fundamentação, cabendo ao réu interpor embargos de declaração para suprir tal omissão, o que não poderá ser feito pelo autor da demanda vez que ele foi beneficiado com o deferimento da sua pretensão.
 - (C) a decisão está devidamente fundamentada, pois apontou qual a legislação foi utilizada para formar o convencimento do juiz.
 - (D) por se tratar de tutela antecipada antecedente, caberá ao réu interpor agravo de instrumento contra a decisão, recurso esse que deverá ser endereçado diretamente ao órgão colegiado.
 - (E) a decisão padece de um vício, pois não se considera como fundamentação a mera indicação do ato normativo que daria suporte ao entendimento do juiz.
21. Dr. Regis é procurador do Município de Andradina. Numa ação em que representa os interesses da Prefeitura, interpôs Embargos de Declaração contra acórdão de segundo grau que manteve a decisão de primeira instância *in totum* condenando parcialmente o Poder Público Municipal a pagar determinada quantia a um munícipe, e que, segundo o procurador, não teria ficado claro se tal condenação seria por danos materiais ou morais. A parte contrária não embargou, mas fez Recurso Especial, para discutir a parte que sucumbiu, antes da decisão dos embargos ser proferida. Os embargos não foram providos, mantendo-se exatamente a decisão anterior.
- De acordo com o entendimento do Novo CPC, assinale a alternativa correta a respeito desse Recurso Especial, já proposto pelo munícipe.
- (A) Só deverá ser analisado se o recorrente ratificar sua interposição.
 - (B) Deverá ser refeito, concedendo novo prazo para apresentação das razões.
 - (C) Não será conhecido, pois foi interposto antes de se esgotar todos os recursos anteriores.
 - (D) Não será conhecido, por ser intempestivo, uma vez que foi interposto antes do início do prazo para sua apresentação.
 - (E) Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.

22. Miranda é réu numa ação que lhe moveu Jair. Apresentou sua defesa contra a tese do autor, sendo que esta foi acolhida pelo primeiro grau, entendendo ter Miranda razão em seus argumentos. Jair fez apelação contra a decisão, recurso este que ainda não foi julgado. Além disso, propôs outra ação para tentar receber os mesmos valores que fomentaram a primeira demanda.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) a segunda ação não pode prosperar, por já ter se vislumbrado a formação de coisa julgada material na primeira demanda, devendo ser julgada extinta sem conhecimento do mérito.
- (B) estando ainda em curso a primeira ação, a segunda demanda deve ser considerada como litispendente e, portanto, julgada extinta com resolução de mérito.
- (C) a primeira ação apenas formou coisa julgada formal, por isso é possível a rediscussão do mesmo assunto em outra demanda, mesmo estando ela em curso.
- (D) a segunda ação deve ser julgada extinta sem resolução de mérito, por litispendência com a primeira ação, que ainda não formou coisa julgada material ou formal, tendo em vista que pende o julgamento do recurso.
- (E) a primeira e a segunda ação têm pedidos distintos, e mesmo havendo coincidência de causa de pedir, os pedidos são diversos, pois requeridos em momentos diferentes, sendo possível que ambas tramitem em conjunto.

DIREITO DO CONSUMIDOR

23. Um consumidor firmou contrato de adesão com empresa de TV a cabo. Nesse contrato há uma cláusula que só impõe multa para o consumidor em caso de rescisão de contrato, nada estipulando se o desfazimento do contrato se der por falha na prestação de serviços. Nesse caso, é correto afirmar, com base nos princípios que regem a relação jurídica descrita, que

- (A) tal cláusula está de acordo com o princípio da estrita vinculação ao conteúdo contratual.
- (B) por se tratar de uma relação tipicamente regida pelas normas consumeristas, o princípio da autonomia da vontade é mitigado e deve ser sopesada a vulnerabilidade do consumidor que não pode arcar com uma cláusula que o coloque em desvantagem exagerada.
- (C) pelo princípio da boa-fé subjetiva, que se aplica aos contratos regidos pelas regras consumeristas, o consumidor não está obrigado a se submeter a tal cláusula contratual.
- (D) por se tratar de uma relação civil típica, somente é possível dar validade a essa cláusula contratual caso haja real prejuízo ao consumidor, pela aplicação do princípio da efetiva reparação dos danos decorrentes da responsabilidade subjetiva.
- (E) vislumbrando-se tal relação como de consumo, pela aplicação do princípio da informação, transparência e dignidade da pessoa do consumidor, essa cláusula tem total valor e não poderá ser rediscutida.

24. A empresa BokaLoka Ltda é fabricante de maquiagens, devidamente regularizada nos termos das legislações federal, estadual e municipal. Numa fiscalização de um órgão público, verificou-se que na composição de um dos batons da marca era utilizado um produto proibido no Brasil. Diante dessa situação, no que diz respeito às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) as sanções administrativas no caso em tela devem partir de um órgão federal, por serem esses os únicos legitimados a tutelar tais fatos.
- (B) não se podem cumular sanções administrativas, como a apreensão do produto e a sua inutilização.
- (C) as sanções administrativas poderão ser aplicadas por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.
- (D) eventuais sanções de apreensão e de inutilização de produtos serão aplicadas pela administração, imediatamente, independentemente da concessão de medida cautelar ou defesa apresentada pela empresa, desde o início do processo administrativo, dado o risco que tal produto pode causar ao mercado de consumo.
- (E) a competência para aplicar sanções como a descrita no caso sob análise é subsidiária entre União, Estados e Municípios.

25. Uma ação movida pelo Ministério Público, cujo objeto é condenar uma empresa que apresentou publicidade enganosa a reparar os males causados aos consumidores lesados, terá sua sentença com os seguintes efeitos de eventual coisa julgada:

- (A) *ultra partes*, por se tratar de direito coletivo *stricto sensu*, caso a sentença seja de improcedência por insuficiência de provas.
- (B) *erga omnes*, por se tratar de direito individual homogêneo, apenas se a sentença for de total procedência.
- (C) *erga omnes*, mesmo se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, por se tratar de direito difuso.
- (D) *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá propor outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova.
- (E) *ultra partes*, por se tratar de direito coletivo difuso, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

26. Quanto aos direitos coletivos em sentido amplo, assinale a alternativa correta.

- (A) Interesses ou direitos difusos são os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- (B) Interesses ou direitos coletivos em sentido estrito são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- (C) Interesses ou direitos individuais homogêneos são os de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas.
- (D) Interesses ou direitos difusos são aqueles que possuem elevado grau de transindividualidade, não sendo possível determinar todos os sujeitos titulares, nem são divisíveis, podendo atingir alguém em particular e simultaneamente a todos.
- (E) Interesses ou direitos coletivos em sentido estrito são aqueles cujos titulares não são determináveis, mas o objeto ou bem jurídico protegido é divisível.

27. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito civil.

- (A) O inquérito civil é procedimento de caráter formal que admite contraditório, ampla defesa e submete-se ao princípio da publicidade.
- (B) O inquérito civil tem por natureza o caráter de investigação criminal a cargo do Ministério Público.
- (C) É imprescindível que a ação civil pública proposta pelo Ministério Público seja precedida de inquérito civil.
- (D) O Ministério Público pode dirigir-se diretamente a qualquer autoridade para buscar os esclarecimentos para a consecução de seus fins institucionais na defesa dos interesses difusos e coletivos, sem necessidade de intermédio do Poder Judiciário.
- (E) O arquivamento do inquérito civil pelo Ministério Público impede o Poder Judiciário de conhecer ação civil pública proposta por outros legitimados ativos, apondo lesão de direitos individuais ou transindividuais, versando sobre fatos apurados no inquérito civil.

28. Quanto ao Processo Civil Coletivo, é correta a seguinte afirmação:

- (A) Ainda que mais de um legitimado proponha ação coletiva em defesa do mesmo interesse coletivo, não se configura a litispendência, por não existir a identidade de parte ativa.
- (B) A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- (C) Uma pessoa que não tenha participado de ação civil pública como litisconsorte não pode beneficiar-se do resultado favorável e promover a execução individual.
- (D) A sentença proferida fará coisa julgada *erga omnes*, ainda quando julgada improcedente por falta de provas.
- (E) As ações coletivas que versem sobre direitos difusos e direitos coletivos em sentido estrito induzem litispendência para as ações individuais.

29. No tocante à ação civil pública, é correta a seguinte afirmação:

- (A) É cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam direitos coletivos que versem sobre tributos e contribuições previdenciárias.
- (B) Empresas públicas e sociedade de economia mista não têm legitimidade para propor ação civil pública.
- (C) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- (D) A ação civil pública pode ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, mas não pode ter por objeto a condenação em dinheiro.
- (E) A ação civil pública será proposta no foro do domicílio do réu, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, se tornando prevento para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

30. De acordo com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), assinale a alternativa correta.

- (A) Nos limites legais, o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
- (B) Antes do termo final do contrato não é possível extinguir-se o direito de superfície.
- (C) A concessão do direito de superfície não poderá ser realizada de forma gratuita.
- (D) O plano diretor não poderá, em nenhuma hipótese, fixar áreas nas quais o direito de construir possa ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado.
- (E) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, mediante depósito prévio do valor do bem.

31. No tocante à ação popular, assinale a alternativa correta.
- (A) Para ingresso da ação, o autor deve fazer a prova da cidadania, juntando o título de eleitor ou qualquer outro documento com foto.
 - (B) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, deverá atuar ao lado do autor, eis que a ação popular visa anulação de ato ilegal e lesivo ao erário.
 - (C) O Ministério Público deve acompanhar a ação e, se verificar que razão não assiste ao autor, poderá assumir a defesa do ato impugnado.
 - (D) Não cabe fixação de honorários advocatícios para nenhuma das partes, por tratar-se de ação coletiva.
 - (E) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público.
32. Em relação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, conforme prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.
- (A) A falta ou a carência de recursos materiais constitui um motivo para a perda ou suspensão do poder familiar.
 - (B) A colocação em família substituta do menor de doze anos de idade será precedida de seu consentimento, colhido em audiência.
 - (C) No caso de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes, os dirigentes de estabelecimentos de ensino comunicarão à autoridade judicial competente.
 - (D) O adolescente portador de deficiência não poderá ser incluído no programa de formação técnico-profissional.
 - (E) É proibido qualquer trabalho aos menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
33. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, sendo-lhe assegurada, dentre outras, a seguinte garantia:
- (A) igualdade na relação processual, não podendo se confrontar com vítimas para evitar constrangimento.
 - (B) direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
 - (C) defesa técnica pelo membro do Conselho Tutelar.
 - (D) direito de solicitar a sala especial para sua oitiva.
 - (E) direito de não sofrer medida de internação antes da sentença.
34. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é um dos direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros,
- (A) avistar-se reservadamente com seu defensor.
 - (B) receber visitas a cada quinze dias.
 - (C) ser informado de sua situação processual a cada seis meses.
 - (D) ser internado em localidade diversa do local onde foi cometido o ato infracional para evitar represálias por parte da comunidade.
 - (E) incomunicabilidade, se assim o adolescente desejar.
35. Nos termos do que estabelece a Lei nº 12.594/2012 – SINASE, é correto afirmar que
- (A) se entende por programa de atendimento a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento ao adolescente.
 - (B) o SINASE será coordenado pelos Municípios e integrado pelos sistemas estaduais por meio dos programas de atendimento ao adolescente infrator.
 - (C) compete privativamente à União elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.
 - (D) compete aos Municípios criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socio-educativas em meio aberto.
 - (E) ao Município e ao Estado é facultativa a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos ou anexos a estabelecimentos penais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. Acerca do tema pagamento indevido, é correto afirmar que a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição prescreverá em
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 10 anos.
 - (E) 15 anos.
37. Tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão de que conste a existência de créditos
- (A) em curso de cobrança executiva, independentemente de ter sido efetuada a penhora.
 - (B) vencidos, mas já inscritos na dívida ativa.
 - (C) vencidos, independentemente de terem sido inscritos ou não na dívida ativa.
 - (D) que estejam em moratória.
 - (E) inscritos na dívida ativa, desde que ainda não promovida sua execução judicial.
38. A conduta desenvolvida pelo contribuinte de fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal, tipifica, contra a ordem tributária, crime
- (A) material, a partir do exato instante em que o contribuinte desenvolve a conduta.
 - (B) formal, que se configura a partir da data em que o infrator é comunicado do início da fiscalização.
 - (C) formal, na data da ocorrência do fato gerador que deu origem ao tributo sonegado, ainda que não iniciada a fiscalização.
 - (D) material, a partir do lançamento definitivo do tributo.
 - (E) formal, a partir da constatação da conduta pela fiscalização, ainda que antes da lavratura do auto de infração.
39. Acerca das preferências do crédito tributário na falência, é correto afirmar que
- (A) prefere aos créditos extraconcursais.
 - (B) prefere aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado.
 - (C) prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados apenas os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
 - (D) é considerado extraconcursal quando decorrente de fato gerador ocorrido durante o processo de falência.
 - (E) a multa tributária tem preferência com relação a qualquer outro crédito, seja qual for sua natureza ou classificação nos termos da lei falimentar.

40. Nos termos do Código Tributário Nacional, no que dispõe acerca das infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico dos diretores de pessoas jurídicas, contra essas, a responsabilidade se dará em caráter
- (A) subsidiário.
 - (B) solidário.
 - (C) pessoal.
 - (D) eventual.
 - (E) elementar.
41. Ao teor do que dispõe o Código Tributário Nacional, a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, é de ser interpretada
- (A) teleologicamente.
 - (B) analogicamente.
 - (C) literalmente.
 - (D) de forma mais benéfica ao contribuinte.
 - (E) de maneira equitativa em relação aos contribuintes.

DIREITO FINANCEIRO

42. É princípio orçamentário, segundo o qual, as receitas e as despesas devem ser apresentadas de forma discriminada, de tal sorte que se possa identificar, pormenorizadamente, as origens dos recursos e sua aplicação, com o objetivo de facilitar a função de acompanhamento e controle do gasto público, na medida em que inibe a concessão de autorizações genéricas que poderiam propiciar demasiada flexibilidade e arbítrio ao Poder Executivo, conferindo maior segurança ao contribuinte e ao Poder Legislativo.
- Trata-se do princípio da
- (A) não vinculação.
 - (B) uniformidade.
 - (C) universalidade.
 - (D) especialização.
 - (E) programação.
43. O produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação, constitui, nos termos da Lei nº 4.320/64,
- (A) fundo especial.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) subvenções sociais.
 - (D) subvenções econômicas.
 - (E) ingerências financeiras.

44. No que se refere ao controle da execução orçamentária, dispõe a Lei nº 4.320/64 que o Poder Executivo, em sede de controle interno, verificará a legalidade dos atos de execução orçamentária de forma
- (A) anterior, sucessiva e sintética.
 - (B) prévia, concomitante e subsequente.
 - (C) posterior, sucessiva e analítica.
 - (D) concomitante, sucessiva e posterior.
 - (E) subsequente, analítica e posterior.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

45. Entre outras possibilidades, o crime de dano do art. 163 do CP é qualificado se cometido
- (A) por motivo fútil.
 - (B) por duas ou mais pessoas.
 - (C) durante o repouso noturno.
 - (D) em situação de calamidade pública.
 - (E) contra o patrimônio da União, Estado ou Município.
46. A conduta de patrocinar indiretamente interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da sua qualidade de funcionário
- (A) configura patrocínio infiel.
 - (B) configura tráfico de influência.
 - (C) configura favorecimento pessoal.
 - (D) configura advocacia administrativa.
 - (E) é atípica.

47. Nos termos do art. 4º da Lei nº 12.850/13, que trata da colaboração premiada, é correto afirmar que
- (A) o juiz participará ativamente das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.
 - (B) o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra quem tenha colaborado efetiva e voluntariamente para a investigação, permitindo a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas, desde que não seja o líder da organização criminosa e seja o primeiro a colaborar.
 - (C) nas ações penais em que sejam utilizadas as declarações do colaborador, o juiz sentenciará segundo seu livre convencimento, podendo utilizar como única prova válida a embasar decreto condenatório o depoimento do colaborador.
 - (D) nos depoimentos que prestar, o colaborador, obrigatoriamente, será acompanhado de seu defensor e embora esteja sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade, fica-lhe assegurado o constitucional direito ao silêncio.
 - (E) os benefícios concedidos ao colaborador prescindem da análise de sua personalidade, bem como da natureza, das circunstâncias, da gravidade e da repercussão social do fato criminoso e da eficácia da colaboração.

48. O art. 29 da Lei nº 9.605/98 tipifica a seguinte conduta: “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”.

No contexto desse crime, é correto afirmar que

- (A) a conduta é atípica se praticada no exercício de caça profissional.
- (B) para fins legais, pune-se da mesma forma, por expressa equiparação, os atos relacionados a animais marinhos e atos de pesca.
- (C) no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.
- (D) a pena é dobrada se o crime é praticado contra espécie rara, de difícil reprodução ou manejo ou, também, considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração.
- (E) são espécimes da fauna silvestre todos aqueles animais, inclusive domésticos e domesticados, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, excluídas as águas jurisdicionais brasileiras.

DIREITO DO TRABALHO

49. Na falta de disposição legal ou contratual, a Justiça do Trabalho e as autoridades administrativas deverão decidir, conforme o caso,
- (A) de acordo com a equidade, atuando como se fossem legisladores.
 - (B) se valendo dos diversos meios de integração, iniciando pela jurisprudência e analogia.
 - (C) de acordo com a livre convicção.
 - (D) com aplicação dos princípios que regem o direito civil.
 - (E) com aplicação da presunção favorável ao trabalhador.
50. O empregado aprendiz se vincula ao empregador por contrato de trabalho por prazo determinado, não superior a dois anos,
- (A) não se sujeitando ao trabalho em atividades ou locais insalubres.
 - (B) salvo quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
 - (C) mas se admite uma prorrogação, desde que não supere 04 anos.
 - (D) com jornada de 8 horas, sendo facultada a prorrogação e compensação.
 - (E) tendo os mesmos direitos do trabalhador temporário.
51. Os intervalos intrajornadas
- (A) integram a jornada de trabalho, sendo remunerados pelo empregador.
 - (B) não integram a jornada de trabalho, mas são remunerados pelo empregador.
 - (C) podem integrar a jornada de trabalho e, neste caso, são remunerados pelo empregador.
 - (D) podem sofrer redução por meio de convenção ou acordo coletivo.
 - (E) podem ou não ser remunerados, a critério do empregador.
52. São modalidades de interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente:
- (A) licença-maternidade e afastamento por doença a partir do 16º dia.
 - (B) afastamento por doença a partir do 16º dia e suspensão disciplinar do empregado.
 - (C) suspensão disciplinar do empregado e licença-maternidade.
 - (D) afastamento para prestação do serviço militar e afastamento por doença até o 15º dia.
 - (E) faltas justificadas e licença-maternidade.

53. A estabilidade provisória do empregado dirigente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
- (A) não subsiste no caso de extinção do estabelecimento do empregador, mas o empregado tem direito a uma indenização compensatória.
 - (B) incorpora-se ao patrimônio pessoal do empregado, podendo ser reclamada mesmo na hipótese de extinção do estabelecimento.
 - (C) não beneficia o suplente, conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) não beneficia a figura do presidente, o qual pode ser despedido sem justa causa pelo empregador, salvo a condição de estável por outro fundamento.
 - (E) não se aplica aos órgãos da Administração Pública, pois estes não estão sujeitos às mesmas normas de medicina e segurança do trabalho.
54. No direito do trabalho, a indenização por dano moral
- (A) abrange a indenização por dano estético.
 - (B) é calculada em função do tempo de serviço do empregado.
 - (C) não pode ser superior à indenização por dano material.
 - (D) abrange apenas a violação da honra subjetiva ou objetiva do empregado.
 - (E) também se aplica em favor do empregador constituído sob a forma de pessoa jurídica.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

55. Por expressa disposição constitucional, a arbitragem é forma de solução dos conflitos
- (A) coletivos de trabalho.
 - (B) individuais e coletivos de trabalho.
 - (C) referentes a direitos coletivos e individuais homogêneos.
 - (D) referentes a direitos difusos e individuais homogêneos.
 - (E) individuais de trabalho.
56. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o *ius postulandi* das partes
- (A) se aplica a todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
 - (B) se aplica, inclusive, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) não se aplica perante o Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) é restrito às demandas de rito sumaríssimo.
 - (E) se aplica apenas às Varas do Trabalho.

57. Em grau de recurso ordinário, quando a sentença se revela omissa em relação a um dos pedidos, a turma do Tribunal Regional do Trabalho deverá
- (A) anular a decisão, determinando o retorno dos autos à Vara de origem, para que não haja supressão de instância.
 - (B) julgar o pedido, suprindo a omissão do juízo *a quo*, desde que seja objeto do recurso e esteja em condições de imediato julgamento.
 - (C) converter o julgamento em diligência para que o juízo *a quo* supra a omissão da sentença.
 - (D) extinguir o processo sem resolução do mérito em relação ao pedido em que se configurou a omissão.
 - (E) reabrir a instrução processual para posterior julgamento do pedido em que se verificou a omissão.
58. Diante do ato judicial que, de ofício, arbitra novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais, cabe à parte
- (A) impetrar mandado de segurança, no prazo de 120 dias.
 - (B) apresentar correição parcial, no prazo regimental.
 - (C) interpor agravo de instrumento, no prazo de 15 dias.
 - (D) interpor recurso ordinário, comprovando o recolhimento das custas processuais com base no valor inicialmente atribuído à causa.
 - (E) interpor agravo de instrumento no prazo de 8 dias, comprovando o recolhimento de 50% das custas determinadas pelo juiz.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

59. A Lei Orgânica do Município de Andradina estabelece várias normas sobre o Processo Legislativo, dentre as quais é correto afirmar que
- (A) a Lei Orgânica deverá ser emendada mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - (B) a Lei Orgânica poderá ser emendada a qualquer tempo, por iniciativa de projeto popular.
 - (C) é de iniciativa privativa do Prefeito a lei que disponha sobre a instituição da guarda municipal.
 - (D) o Código de Obras e o Código de Posturas são leis complementares e somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal.
 - (E) a matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, na sessão legislativa subsequente, mediante proposta de maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

60. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, e nos termos do que determina a Lei Orgânica do Município de Andradina sobre as limitações do poder de tributar, é vedado ao Município
- (A) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (B) cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - (C) instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia.
 - (D) instituir taxas em razão de contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (E) cobrar tributos de seus servidores públicos para o custeio dos sistemas de previdência e assistência social.

